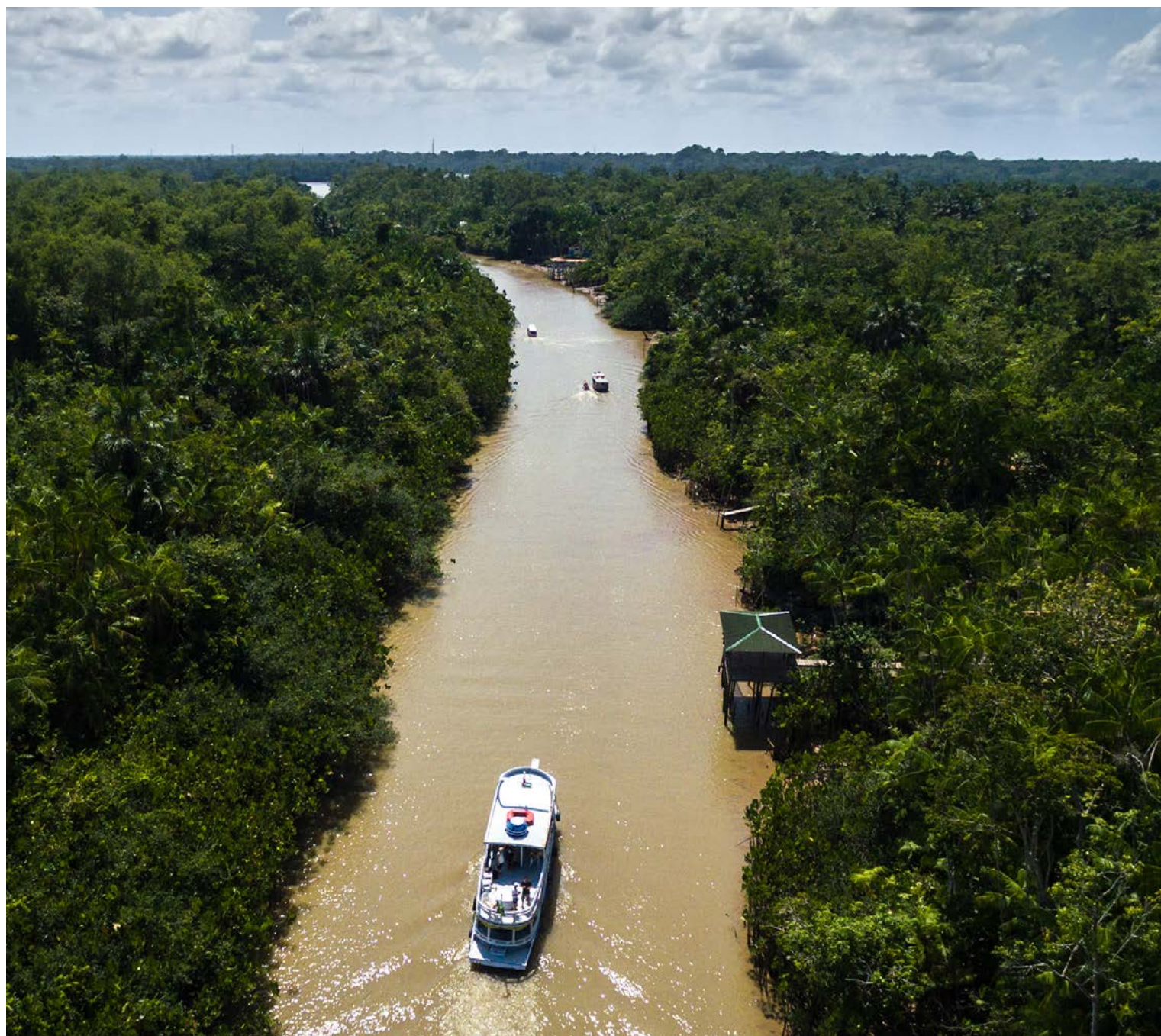


Como a nova NDC brasileira pode estimular o investimento do setor privado em ações climáticas

Março 2025



Fala das Presidentes



O Brasil tem contribuído significativamente para a agenda climática global, reforçando seu papel de liderança e compromisso com o desenvolvimento sustentável. Como anfitrião da COP30, o país está estrategicamente posicionado para promover a implementação de metas mais ambiciosas e alinhar os esforços nacionais e internacionais para uma transição para uma economia de baixo carbono. A nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) é um marco nessa jornada, estabelecendo diretrizes claras para a redução de emissões, promovendo a inovação e fortalecendo a colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil.

A NDC brasileira reflete o aumento da ambição climática e serve como um instrumento crucial para moldar a agenda da COP30. A implementação bem-sucedida dessas metas requer a colaboração entre os setores público e privado e o estabelecimento de mecanismos que incentivem a inovação e financiem soluções sustentáveis. Por meio de políticas setoriais estruturadas - como incentivos à bioeconomia, descarbonização da indústria e expansão de fontes renováveis de energia -, o Brasil pretende garantir que seu compromisso climático produza impactos tangíveis e duradouros.

Para isso, é fundamental fortalecer o diálogo entre todos os atores envolvidos na agenda climática, garantindo que a COP30 seja um marco decisivo para acelerar as ações em prol do desenvolvimento sustentável. Contribuindo para este objetivo, o CEBDS, em parceria com a Coalizão We Mean Business, apresenta neste documento recomendações estratégicas para alinhar as políticas domésticas aos compromissos internacionais e facilitar a transição para uma economia mais verde. Contamos com o seu apoio para transformar essas diretrizes em ações concretas, estabelecendo o Brasil como uma referência global em sustentabilidade e ação climática.

Boa leitura!

Marina Grossi

Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável



O ano de 2025 trouxe um cenário geopolítico cada vez mais complicado e fortes ventos contrários para a ação climática. No entanto, o aquecimento global continua em alta - 2024 foi o ano mais quente já registrado. E embora ouçamos muito barulho político, o caso econômico para liderança no clima continua convincente. Contra esse cenário, centenas de países estão enviando seus planos climáticos (NDCs) para 2035 antes da COP30. Esses NDCs definirão o curso para a próxima década, determinando se o mundo pode evitar os piores impactos climáticos, assim como estabelecer o lugar de cada país na corrida global para economias competitivas de energia limpa e positivas para a natureza.

Como anfitrião da COP30, o holofote global está voltado para o Brasil. Seu papel vai além de manter o ímpeto das negociações: o país deve também reconstruir a confiança e impulsionar o progresso acelerado no clima e na natureza. Ao anunciar sua NDC com antecedência, o Brasil já demonstrou liderança. Agora, é tudo sobre implementação. Um forte Plano Clima com políticas claras e coerentes para implementação impulsionará o investimento do setor privado em ações climáticas internamente e reforçará a credibilidade global do Brasil.

Estou muito satisfeita em ver o Chamado à Ação da *We Mean Business Coalition* sendo adaptado para o Brasil. O país está bem posicionado para liderar soluções baseadas na natureza e acelerar a transição para energia renovável. As empresas já estão capitalizando as oportunidades de mudar de combustíveis fósseis para soluções limpas porque isso faz sentido comercial. Com as políticas de capacitação certas, as empresas que tenham suas sedes ou cadeias de suprimentos no Brasil podem aproveitar os benefícios da energia limpa barata e segura e aumentar sua resiliência em meio a mudanças climáticas.

Maria Mendiluce

CEO, We Mean Business Coalition

Sumário

O Brasil, como anfitrião da COP30, busca se estabelecer em um papel de liderança climática em âmbito global. Sua nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) estabelece metas de redução de emissões entre 59% e 67% até 2035 em relação aos níveis de 2005, promovendo um aumento de ambição em relação à meta anterior para 2030. A nova NDC brasileira representa uma oportunidade significativa para atrair investimento para indústrias, fomentar soluções com baixas emissões e incrementar a resiliência dos setores econômicos no Brasil. O Plano Clima, que delinea políticas e ações para a implementação da NDC, está atualmente em desenvolvimento.

O engajamento e investimento do setor privado têm papel crucial para alcançar a meta global prevista na nova NDC. Políticas públicas efetivas para a implementação da NDC podem beneficiar o setor privado ao criarem o apoio institucional para acelerar a descarbonização de empresas e fomentar investimento em setores da economia com menores emissões.

O CEBDS, em colaboração com a We Mean Business Coalition, desenvolveu as seguintes recomendações para a nova NDC nacional consiga incentivar o investimento do setor privado em mudança climática:

1

Harmonizar políticas setoriais com os objetivos da NDC, facilitando a implementação das ações. O governo deve identificar barreiras para o investimento privado em cada setor e estabelecer prioridades e caminhos de descarbonização que consigam dirimir estes obstáculos.

- Em **mudanças de uso da terra**, iniciativas como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e a Moratória da Soja contribuíram para a diminuição do desmatamento na região, mas assegurar a participação do setor privado em coibir emissões de escopo 3 é necessário para progredir no combate ao desmatamento.
- No setor **agropecuário**, promover os planos existentes de descarbonização agrícolas, estimular a restauração de terras degradadas e prover maior clareza sobre como contabilizar remoções feitas pelo setor podem incentivar a descarbonização do setor e torná-lo mais competitivo e resiliente.
- Nos setores de **energia, transporte e indústria**, metas bem delineadas e cronogramas para o phase-out de combustíveis fósseis e o incentivo para a adoção de iniciativas de bioenergia, como biocombustíveis avançados, processos de eletrificação, hidrogênio verde e melhoria da eficiência energética podem melhorar o investimento do setor privado em ações climáticas. Medidas adicionais incluem o fortalecimento de políticas públicas que incentivem a inovação no setor, o apoio à disseminação de soluções energéticas limpas e a implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões.

2

Promover ação climática no setor privado e planos de transição corporativa. O governo pode apoiar esforços do setor privado em descarbonizar as suas operações e cadeias-de-valor ao criar fortes incentivos econômicos para a redução de emissões e ao estimular o desenvolvimento de planos de transição corporativas.

3

Fortalecer espaços para diálogo entre os setores público e privado em todos os estágios para facilitar a implementação de ações climáticas. O fortalecimento da colaboração entre os setores público e privado em todos os estágios do ciclo da NDC será chave para realizar as ambições climáticas do Brasil. Empresas precisam de um espaço para informar ao governo obstáculos à ação climática e a sugerir políticas que possam desbloquear estes impasses.

1

Introdução e contexto

Após presidir o G20 e ser nomeado anfitrião da COP30, o Brasil busca consolidar sua posição de liderança global em ação climática. Durante a COP29, o Brasil se tornou o segundo país a publicar sua Contribuição Nacionalmente Determinada com metas para 2035.¹

Em sua nova NDC, o Brasil se compromete a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) de 2035 em 13% a 29% em relação aos níveis de 2030 ou em 59% a 67% em relação à linha de base de 2005. Esta nova meta nacional se soma aos compromissos anteriores de reduzir as emissões em 48% até 2025 e 53% até 2030, em relação à linha de base de 2005.² Em termos absolutos, o Brasil pretende reduzir suas emissões de GEE para 1,3 GtCO₂e até 2025, 1,2 GtCO₂e até 2030 e entre 0,85 e 1,05 GtCO₂e até 2035.

A elaboração da nova NDC brasileira ocorreu em paralelo à formulação do Plano Clima 2024-2035, um instrumento de política pública que promoverá a implementação de ações climáticas e estabelecerá diretrizes de ambição setorial. Enquanto a NDC descreve a meta de redução de emissões de toda a economia brasileira para 2035, o Plano Clima descreverá as ações necessárias para a descarbonização e delineará as metas de investimento necessárias para a implementação.

O investimento do setor privado é essencial para atingir as metas nacionais da NDC e seus mecanismos de implementação. Apesar deste papel central, apenas 13% das NDCs atualizadas em 2021 incluíram referências ao envolvimento do setor privado.³ Em setembro de 2024, a *We Mean Business Coalition* (WMBC) lançou o *Business Call to Action for Ambitious and Investible NDCs*, que descreveu três pilares principais para aprimorar o engajamento do setor privado em todo o ciclo da NDC:⁴

- **NDCs ambiciosas:** Estabelecer metas ambiciosas para toda a economia que forneçam um caminho claro e atingível para as emissões líquidas zero.
- **Políticas para implementação de NDCs:** Traduzir as NDCs em estruturas que apoiem o investimento do setor privado, alinhem-se com outras políticas nacionais e estimulem a cooperação internacional.
- **Diálogo e transparência entre governo e empresas:** Aumentar a participação e a consulta do setor privado em todos os estágios do desenvolvimento e implementação de NDCs.

Baseando-se no *Call to Action* do WMBC, o CEBDS lançou a “Chamada à Ação do Setor Empresarial Brasileiro em Direção a uma NDC Ambiciosa e Implementável”, uma iniciativa assinada por mais de 50 grandes empresas brasileiras. Publicado durante a *Climate Week NYC 2024*, o documento enfatizou a necessidade de maior sinergia entre os planos de transição corporativos e os planos setoriais governamentais. A chamada à ação também enfatizou a necessidade de promover políticas concretas que traduzam as metas da NDC em um caminho claro para a implementação e tornar as metas climáticas mais propícias para ampliar o investimento privado em iniciativas relacionadas à natureza e ao clima.

1 Brazilian Government, 2024. Brazil's NDC: National determination to contribute and transform. https://unfccc.int/sites/default/files/2024-11/Brazil_Second%20Nationally%20Determined%20Contribution%20%28NDC%29_November2024.pdf

2 A primeira NDC brasileira, inicialmente publicada em 2015, estabeleceu metas para reduzir as emissões brasileiras em 37% em 2025 e 43% em 2030 (relativo aos níveis de 2005). Em 2023, essas metas foram atualizadas para 48% e 53%.

3 FAO, 2021. Global update report: Agriculture, Forestry and Fisheries in the Nationally Determined Contributions. <https://openknowledge.fao.org/items/04d711a6-c1c5-4787-ae5e-3018029c7f41>

4 WMBC, 2024. Time to deliver: Business call to action for ambitious and investible NDCs. <https://www.wemeanbusinesscoalition.org/time-to-deliver-business-calls-for-ambitious-investible-ndcs/>

1

Introdução e contexto (continuação)

Este documento tem como objetivo delinear as principais diretrizes sobre como o governo brasileiro pode facilitar o investimento empresarial na implementação de sua NDC e na formulação do Plano Clima. Estas diretrizes são estruturadas seguindo os principais pilares para o engajamento do setor privado descritos acima (veja a Figura 1):

- Uma análise da ambição da NDC do Brasil.
- Um exame dos planos existentes em setores-chave da economia brasileira — mudança do uso da terra, agropecuária, energia e transporte e indústria — com sugestões de políticas públicas e incentivos que fortaleçam a participação climática do setor privado.
- Opções para fortalecer a transparência e diálogo entre os setores público e privado no processo de implementação da NDC.

Figura 1: A NDC e ciclo de implementação de políticas públicas no Brasil



2

Ambição na NDC

A nova NDC ressalta a ambição climática elevada do governo brasileiro. Sua meta geral de 0,85 a 1,05 GtCO₂e representa uma redução de 39% a 50% em relação aos níveis de emissões de 2019. Apesar de estas metas terem ficado aquém da redução global de 60% exigida no resultado do primeiro *Global Stocktake (GST)*⁵, os objetivos delineados ainda representam um avanço substancial em relação às metas para 2030 da última NDC, sinalizando o compromisso do Brasil em reduzir as emissões nacionais.

Objetivos setoriais não foram especificados nesta NDC e devem ser anunciados na metade de 2025. O governo brasileiro terá um esforço de harmonizar e conciliar planos setoriais já existentes, como os pertencentes ao Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono) e no Plano Nova Indústria Brasil, com os objetivos gerais delineados pela NDC. Promover este alinhamento de metas é essencial para atingir uma coesão nas políticas públicas nacionais de clima, garantindo maior previsibilidade ao setor privado brasileiro e ajudando-o a atingir o status de emissões líquidas zero.

Estabelecer metas e cronogramas para alcançar uma linha concreta para o *phase-out* de combustíveis fósseis não compensados é uma das principais ações da Campanha Fossil to Clean da *We Mean Business Coalition*, da qual fazem mais de 260 empresas em âmbito global. A nova NDC brasileira não delimita cronogramas específicos para o *phase-out* de combustíveis fósseis, mas ressalta a importância de substituir fontes intensivas de carbono nos setores de energia, transporte e indústrias por meio de soluções energéticas limpas, como eletrificação de processos e biocombustíveis. Enquanto o Brasil já conta com uma grande proporção de energia oriunda de processos renováveis em sua geração energética, esta porcentagem é menor nos setores de indústria e transportes. Estabelecer metas para o *phase-off* destes setores proporcionaria maior certeza às empresas quanto à velocidade prevista da transição de energia fóssil para energia limpa.

A nova NDC brasileira enfatiza a força da governança climática brasileira e a expansão das políticas públicas na área de clima. O documento delineia uma série de iniciativas, desde o Pacto para a Transformação Ecológica até políticas setoriais específicas, como incentivos para Combustíveis Sustentáveis para Aviação (SAFs) e estratégias de redução do desmatamento. Ao alinhar estas políticas públicas com níveis mais altos de ambição, a NDC brasileira sugere que a transformação climática nacional já está tomando forma, como evidenciado pela redução anual de 12% das emissões de gases de efeito estufa que ocorreu entre 2022 e 2023.⁶

No final de 2024, o governo brasileiro aprovou o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, que estabelecerá uma precificação de carbono para a economia brasileira, com exceção do setor de agricultura primária. Ainda há incerteza sobre como este sistema de *cap-and-trade* vai operar nos próximos anos, mas há expectativas de que ele promoverá incentivos para a descarbonização da energia e do setor industrial e estabelecerá outra fonte de recursos financeiros a projetos de inovação climática no Brasil.

Para incentivar a criação de planos de transição corporativos, o CEBDS organizará uma série de *workshops* ao longo de 2025 com experts de diferentes áreas. A organização espera que a assistência consiga prover opções e ajudar seus membros criarem e melhorarem suas estratégias de descarbonização rumo à COP30.

⁵ Política por Inteiro, 2024. Brazil's NDC paves the way for transition away from fossil fuel and deforestation, but lacks maximum ambition. <https://politicaporinteiro.org/2024/11/13/brazils-new-ndc-is-paved-by-strong-climate-policies-2035-target-aimed-at-accessing-international-carbon-markets/>

⁶ SEEG, 2024. Greenhouse Gas Emissions and Removals Estimation System, Climate Observatory. <https://plataforma.seeg.eco.br/>

3

Políticas públicas para implementação da NDC

O Plano Clima é o principal instrumento para coordenar e implementar a nova NDC brasileira e deve ser publicado até junho. O documento é estruturado em duas partes principais: o plano de Adaptação, organizado em 16 grupos; e de Mitigação, composto por sete setores principais.⁷ Embora o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA) desempenhe o papel de principal coordenador do Plano Clima, diferentes setores são coordenados por ministérios específicos (por exemplo, o plano setorial agrícola é coordenado pelo Ministério de Agricultura). Esta abordagem descentralizada foi criada para promover colaboração interministerial e facilitar aportes técnicos de áreas especializadas.

Em parceria com o MMA e outros órgãos governamentais, pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro desenvolveram o modelo BLUES (*Brazil Land Use and Energy Systems*), um modelo integrado que aponta caminhos custo-efetivos de longo-prazo para a descarbonização brasileira e de seus setores econômicos. Como o principal modelo técnico provendo caminhos para a descarbonização do Plano Clima e da NDC, o modelo BLUES opera baseado em premissas centrais, incluindo atingir emissões líquidas zero até 2050 e eliminar desmatamento ilegal até 2030. Resultados iniciais do modelo ressaltaram que a diminuição do desflorestamento no Brasil é a estratégia mais custo-eficiência para atingir as metas climáticas nacionais.

Para implementar a NDC e em seu papel como anfitrião da COP30, o Brasil está fortalecendo a capacidade de suas instituições e desenvolvendo suas estruturas financeiras para facilitar investimento estrangeiro e doméstico em ação climática. Em 2024, o governo desenvolveu três iniciativas para fortalecer o investimento climático: EcolInvest, um mecanismo financeiro que promove blended finance e atua ao diminuir riscos de desvalorização cambial; o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, um sistema de *cap-and-trade* que estimula a aceleração de tecnologias com baixas emissões; e a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP), uma plataforma que conecta investidores com projetos de baixas emissões que estão sendo desenvolvidos no Brasil. A Taxonomia Sustentável Brasileira, que traça objetivos sociais e climáticos, também está sob desenvolvimento e deve ser lançada em 2025.

Além das políticas públicas desenhadas para incentivar fluxos financeiros, planos setoriais também desempenham um papel importante em definir metas para segmentos da economia. Antecipando a publicação do Plano Clima e da Estratégia Nacional de Mitigação, o CEBDS desenvolveu recomendações de políticas públicas para quatro destes setores, selecionados por sua importância para a economia brasileira, suas emissões de gases de efeito estufa e a composição das companhias associadas ao CEBDS.

A finalização e o lançamento do Plano Clima e de metas setoriais acontecerá em paralelo com várias atividades sendo desenvolvidas pelo governo brasileiro na rota rumo a COP30, que acontecerá em Belém em novembro de 2025. Será importante relacionar e harmonizar estes esforços nacionais e internacionais. As discussões desenvolvidas entre empresas e tomadores de decisão nos meses que antecedem a COP e durante a Conferência provavelmente terão um efeito duradouro que ecoará na implementação da NDC e nos recursos disponíveis para a implementação do Plano Clima. Portanto, apesar deste documento ser focado na NDC brasileira e em políticas domésticas para sua implementação, é importante destacar como cada área será potencialmente influenciada pelas discussões que acontecerão na COP30.

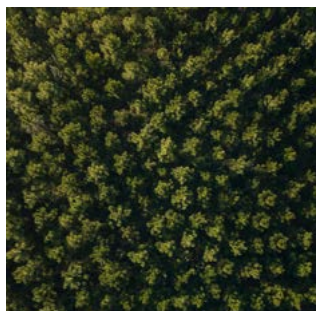
A partir deste cenário, cada uma das seguintes seções proverá um contexto sobre os planos existentes e iniciativas nos setores de mudança do uso da terra, agropecuária, energia e transporte, e setor industrial, além de recomendações para incentivar a ação de empresas no Plano Clima e as implicações em potencial que a COP30 gerará em cada setor.

⁷ Os sete setores da Estratégia Nacional de Mitigação são: Agropecuária; Cidades; Energia e Mineração; Indústria; Mudanças do Uso da Terra; Transportes; e Resíduos.

3

Políticas públicas para implementação da NDC

(continuação)



A. Mudança do Uso da Terra

Ao contrário de outras economias do G20, as emissões oriundas de mudanças do uso da terra representam uma parte significativa das emissões brasileiras, compondo 48% do GEE produzido em 2023 e impactando a biodiversidade e os recursos naturais do país.⁸ O ritmo de desmatamento chegou ao seu ápice em 2003 e, a partir deste momento, diminuiu graças a iniciativas como o Plano de Ação do Combate ao Desmatamento na Amazônia e a Moratória da Soja. Em 2011, o desmatamento diminuiu ao seu menor nível histórico, mas, desde então, seu ritmo vem variando de acordo com o enforcement de políticas antidesmatamento. Resultados do modelo integrado BLUES indicam que reduzir o desmatamento ilegal no Brasil é a maneira mais custo-efetiva para atingir a descarbonização zero do país. Sem investimentos substantivos no controle ao desmatamento, o país precisaria incidir maiores custos a outros setores para atingir níveis similares de descarbonização.

A NDC destaca a importância de três políticas públicas na diminuição do desmatamento no país: a atualização do Plano de Ação do Combate ao Desmatamento na Amazônia conseguiu diminuir o desmatamento anual em 22% em 2023 e 31% in 2024; o plano equivalente do Cerrado contribuiu para diminuir o desmatamento no bioma, revertendo um padrão de crescimento dos últimos anos; outros biomas brasileiros, como a Caatinga, a Mata Atlântica, o Pantanal e o Pampa também estão amadurecendo a formulação ou a implementação de seus planos próprios. A NDC também ressalta a importância do Plano Nacional de Vegetação Nativa (Planaveg), que almeja restaurar 12 milhões de hectares até 2030.

A colaboração aprimorada do setor privado nos objetivos de parar o desmatamento ilegal e diminuir o ritmo de desmatamento legal até 2030 é crucial para os interesse dos setores públicos e privados. A nova NDC brasileira enfatiza a importância que soluções baseadas na natureza tem em diminuir a mudança climática e promover a biodiversidade brasileira. Com os mecanismos certos em voga, o investimento do setor privado em projetos que possam proteger, restaurar a natureza e diminuir emissões de GEE pode aumentar substancialmente.

Como a primeira Conferência entre as Partes a ser realizada na Floresta Amazônica, a COP30 deve ter importante impacto na implementação de medidas antidesmatamento. O governo brasileiro está promovendo fortalecer o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), uma iniciativa global lançada na COP28 que visa reduzir o desmatamento em países tropicais da América do Sul, África e Ásia. Outros assuntos importantes de discussão no tema também serão soluções baseadas na natureza e bioeconomia, além da importância de engajar povos indígenas e comunidades tradicionais no design e implementação de medidas de proteção à floresta.

Melhor colaboração entre os setores público e privado para diminuir o desmatamento e acabar com o desmatamento ilegal até 2030 é crucial. A nova NDC enfatiza a importância de soluções baseada na natureza em promover mudanças climáticas e proteger a biodiversidade. Com os incentivos corretos em voga, estas medidas podem promover o investimento do setor privado em projetos que protegem e restauram a natureza e diminuem as emissões de gases de efeito estufa.

Este direcionamento para soluções que respeitem a natureza é ainda mais importante para empresas que possuem grande parte de suas emissões dentro de suas cadeias-de-valor (de Escopo 3). Uma consulta feita pelo *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) indicou que empresas do Norte Global apresentam dois principais desafios para mensurar emissões de escopo 3: a falta de ajuda externa de qualidade e a ausência de políticas públicas e regulações no setor.⁹ Para enfrentar estes obstáculos no Brasil, o governo deveria promover uma colaboração ativa com o setor privado e estabelecer incentivos para a contabilização e redução de emissões de Escopo 3, aumentando a rastreabilidade na cadeia do valor.

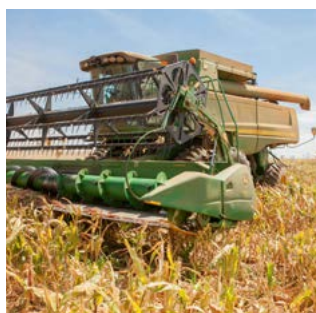
8 SEEG, 2023. Análise das emissões de gases de efeito estufa de 1970 a 2022 e suas implicações para as metas climáticas do Brasil. <https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2024/02/SEEG11-RELATORIO-ANALITICO.pdf>

9 WBCSD, 2023. Incentives for Scope 3 supply chain decarbonization: accelerating implementation. https://www.wbcsd.org/wp-content/uploads/2023/10/Incentivising-Supply-Chain-Decarbonization-WBCSD-PWC_Final-Report.pdf

3

Políticas públicas para implementação da NDC

(continuação)



B. Agropecuária

Agriculture is a key pillar of Brazil's economy, contributing 24% of Gross Domestic Product (GDP) and 50% of exports in 2024.¹⁰ To drive decarbonization, Brazil has introduced climate criteria into major agricultural credit lines, such as the Safra Plan, and implemented sectoral policies like the ABC+ (Low-Carbon Agriculture) Plan.

A agropecuária foi responsável por 28% das emissões brasileiras em 2023. Apesar do crescimento das emissões setoriais nos últimos anos, o Brasil tem feito progressos ao desacoplar o crescimento econômico na agropecuária com o de gases de efeito estufa. A disseminação de sistemas integrados e a recuperação de pastagens agrícolas degradadas são ações orientadas para a redução das emissões de GEE.

Como um dos maiores produtores agrícolas mundiais e liderando a produção global de sete *commodities*, o setor agrícola brasileiro não é somente uma potência setorial, mas também essencial para a segurança alimentar global e tem a oportunidade de demonstrar sua liderança climática. Promover ações de descarbonização e melhorar a resiliência do setor são passos fundamentais para que o setor agrícola continue nesta posição competitiva.

Dada a importância da agropecuária na economia brasileira, o setor provavelmente terá um importante papel na COP30. É esperado que o Brasil proponha o fortalecimento do Trabalho Conjunto de Sharm El-Sheik sobre a implementação da ação climática na agricultura e segurança alimentar, destacando a importância de conectar os campos de agricultura, clima e bioeconomia. Adaptação, um tema que terá um destaque da COP como um todo, terá grande importância na discussão agrícola, já que aumentar a resiliência do campo é uma prioridade para empresas brasileiras.

A NDC ressalta a importância dos planos agrícolas, os esforços para a restauração de terras degradadas no Brasil e a importância do mercado de carbono futuro, promovendo uma base para projetos calcados no Artigo 6, um tópico importante para o setor agrícola brasileiro. O Plano Clima terá o desafio de endereçar demandas sobre como remoções agrícolas serão contabilizadas na NDC nacional e em destacar medidas para aumentar a resiliência do setor, além de prover maior transparência para os critérios do BLUES no estabelecimento das metas setoriais.

¹⁰ Ministry of Agriculture, 2024. Exportações do agronegócio brasileiro atingem mais de US\$ 15 bilhões em maio. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-brasileiro-atingem-mais-de-us-15-bilhoes-em-maio>

3

Políticas públicas para implementação da NDC

(continuação)



C. Energia e Transporte

O setor de energia brasileira é responsável por 18% das emissões de GEE nacionais,¹¹ uma proporção menor do que a média de outros membros do G20. Em março de 2024, 85% da energia elétrica brasileira era oriunda de fontes renováveis, com 55% vinda de hidrelétricas e 15% do vento,¹² tornando o país o sexto maior produtor de energia eólica.

O Brasil tem políticas industriais de longo prazo para o desenvolvimento de fontes renováveis no setor energético nacional. Na década de 1970, o governo brasileiro encorajou o uso de etanol e outros biocombustíveis para reduzir a dependência nacional em petróleo importando, resultando em uma maior porcentagem de energias renováveis na matriz energética brasileira. No século XXI, subsídios nacionais vêm contribuindo para uma indústria eólica crescente, que figura como a segunda maior fonte energética do país e atua como um importante vetor de desenvolvimento para a região Nordeste.

Enfatizando a necessidade de prover energia para todos os cidadãos brasileiros, a NDC sublinha os esforços do país em promover um phase-out de combustíveis fósseis e substituí-los com soluções energéticas renováveis. Apesar do país já ter uma quantidade significativa de energia limpa, o Brasil vem desenvolvendo políticas para contribuir para a transição energética global.

Essas iniciativas incluem o Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que fornece subsídios para a produção de veículos verdes, programas e incentivos para a produção de hidrogênio verde e para biocombustíveis, a sofisticação de planos de transição energética e um fortalecimento da governança e regulamentações mais rígidas para a produção de petróleo e gás.

Iniciativas para desenvolver biocombustíveis, combustíveis sintéticos e hidrogênio verde devem ganhar importância no Brasil, dada a vantagem competitiva nacional, a abundância de energia limpa e a alta demanda já existente no Norte Global por estes produtos. Estes temas também devem ter um destaque dentro das discussões da COP30.

No entanto, a manutenção do percentual de energias renováveis dentro da matriz energética brasileira enfrenta desafios. O esgotamento das bacias offshore atualmente exploradas motiva estudos sobre novas possíveis campos de exploração, inclusive em áreas ambientalmente sensíveis, como a foz do Rio Amazonas. Estudos indicam que a exploração destes novos campos seria incompatível com a meta climática estabelecida na NDC brasileira.¹³

Para fortalecer a posição brasileira como uma liderança em energias limpas, o governo deve continuar desenvolvendo as vantagens competitivas nacionais no setor de renováveis e investindo em inovação e desenvolvimento industrial para os setores de biocombustíveis e hidrogênio verde. O governo também deve priorizar a estruturação de setores ainda pouco desenvolvidos, como a melhoria da eficiência energética no país e a promoção de projetos de Captura e Sequestro de Carbono (CCS). O Brasil tem a oportunidade de demonstrar uma liderança ao reformar e readequar seus subsídios a combustíveis fósseis – que somaram USD 5.6 bilhões em 2022¹⁴ - ao apoiar projetos de transição justa, eficiência energética e fontes renováveis.

11 G1, 2024. Nível de emissões de gases de efeito estufa no Brasil cai 12% em 2023. <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/11/07/nivel-de-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-no-brasil-cai-12percent-em-2023.ghtml>.

12 ANEEL, 2024. Matriz elétrica brasileira alcança 200 GW. <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2024/matriz-eletrica-brasileira-alcanca-200-gw>

13 A Pública, 2024. COP28: Aumento da produção de petróleo no Brasil pode anular ganhos com desmatamento zero. <https://apublica.org/2023/12/cop28-aumento-da-producao-de-petroleo-no-brasil-pode-anular-ganhos-com-desmatamento-zero/>

14 OECD, 2024. OECD Inventory of Support Measures for Fossil Fuels 2024. https://www.oecd.org/en/publications/oecd-inventory-of-support-measures-for-fossil-fuels-2024_a2f063fe-en.html

3

Políticas públicas para implementação da NDC

(continuado)

D. Indústria

O setor industrial é responsável por um pouco mais de 4,5% das emissões brasileiras de GEE e o governo vem intensificando os incentivos econômicos para promover a descarbonização do setor. Estes estímulos incluem a expansão de mecanismos financeiros para apoiar indústrias verdes.

Em 2024, vários frameworks regulatórios foram introduzidos para acelerar estas transformações, como incentivos a combustíveis sustentáveis de aviação (SAF), novas regulações sobre CCS e a promoção de veículos elétricos. O plano Nova Indústria Brasil, instrumento vigente de política industrial nacional, almeja reduzir as emissões industriais em 30%, focando nas áreas de agroindústria, saúde, infraestrutura urbana, tecnologia da informação, bioeconomia e defesa. A Estratégia Nacional para Descarbonização Nacional, componente do plano, endereçará setores hard-to-abate e tem seu lançamento esperado em 2025.

A nova NDC do Brasil aponta que a redução de emissões industriais exigirá esforços na eletrificação de processos industriais, no estabelecimento de mecanismos de captura de carbono e na promoção da produção nacional de biomateriais para substituir alternativas intensivas em carbono. O novo mercado de carbono do Brasil fornecerá um incentivo futuro para a descarbonização industrial e a promoção de mecanismos de eficiência energética. Esses esforços são essenciais para descarbonizar ainda mais a indústria nacional brasileira.

O setor industrial do Brasil atualmente possui uma vantagem competitiva global por conta de suas baixas emissões de escopo 2 devido à grande proporção de energias renováveis dentro da matriz energética brasileira. Em meio a esforços globais de promoção de mecanismos de precificação de carbono, o governo deve aproveitar ferramentas econômicas e diplomáticas para tornar esse perfil de baixa emissão mais vantajoso em âmbito internacional. Essas medidas de estímulo colocariam a indústria brasileira em uma posição globalmente forte para aproveitar possíveis benefícios comerciais futuros.



4

Diálogo e comunicação transparente entre governo e empresas

A estrutura descentralizada do NDC e das contribuições setoriais ao Plano Clima permitiram uma colaboração eficaz entre Ministérios e instituições acadêmicas para definir as ações de descarbonização necessárias e ajustar o modelo BLUES.

Ao longo de 2024, o governo manteve diálogos com a sociedade civil e o setor privado para apresentar o BLUES e delinear as etapas do Plano Clima. O CEBDS sediou reuniões entre o Ministério do Meio Ambiente e representantes do setor empresarial para esclarecer questões do setor privado e abordar preocupações.

Depois de período de consulta pública da Estratégia Nacional de Mitigação e Adaptação e do lançamento da NDC, o MMA está promovendo consultas aos planos setoriais. É esperado que consultas em outros setores consigam detalhar as diretrizes e a análise custo-benefício do modelo BLUES, que estão sendo altamente antecipadas pelo setor privado.

As medidas de implementação da NDC deverão ocorrer por conexões com políticas públicas já existentes, a necessidade de aumentar o financiamento para mudanças climáticas e com o Plano Clima, que deve prover mais detalhes sobre ações necessárias e diretrizes para a implementação. É necessário definir como o setor privado deve participar da implementação de medidas de descarbonização que fortaleçam a NDC. O processo de elaboração do Plano Clima representa uma oportunidade para estabelecer um fórum colaborativo para melhorar o diálogo entre os setores público e privado, estabelecendo prioridades e criando uma implementação de estratégias unificadas.

Atualmente, algumas empresas brasileiras estão participando de grupos para discutir a descarbonização interna e criar pontos de convergência sobre como o governo pode facilitar os processos de descarbonização setoriais. CEBDS, o *Boston Consulting Group (BCG)* e a empresa brasileira CCR estão facilitando uma coalizão entre instituições do setor público e companhias do setor de transporte e logística para a promoção de pontos em comum, o estabelecimento de uma linha de referência em um cenário business-as-usual e a criação de recomendações finais em um documento com uma visão compartilhada comum.

5

Conclusão

Ao anunciar sua nova NDC com metas para 2035 de forma antecipada, o governo brasileiro almeja fortalecer seu papel no cenário climático internacional rumo a COP30 e liderar por exemplo. Internamente, a publicação de metas gerais dentro da NDC e o processo de criação do Plano Clima e das metas setoriais sinalizarão o caminho para a descarbonização líquida do Brasil até 2050, que foca na proteção da natureza e na transição de combustíveis fósseis para fontes renováveis.

O setor privado brasileiro vai desempenhar um papel crítico em atingir estes objetivos de descarbonização. O CEBDS, em colaboração com a We Mean Business Coalition, recomenda as seguintes medidas-chave para aprimorar a ação e o investimento do setor privado por meio do processo de implementação da NDC:

1

Harmonizar políticas setoriais com os objetivos da NDC, facilitando a implementação das ações. O Brasil já começou a criar um ambiente propício para o investimento do setor privado em ação climática. O país fortaleceu suas políticas existentes e criou novas iniciativas em muitos setores, da silvicultura à indústria e aos mercados financeiros. Apesar desses avanços, o governo ainda precisa alinhar suas políticas domésticas e planos setoriais com as novas metas nacionais em sua NDC. O Plano Clima e o estabelecimento dos planos setoriais representam uma janela de oportunidade para o governo harmonizar essas políticas, o que, por sua vez, facilitará o financiamento nacional e internacional e promoverá caminhos claros para a ação e os investimentos do setor privado.

2

Estimular a ação climática empresarial e planos de transição corporativos. Muitas das reduções de emissões necessárias para atender à nova NDC precisarão vir do setor privado. As empresas líderes estão trabalhando na descarbonização de suas operações e cadeias de suprimentos, mas precisam do apoio do governo para se moverem mais rápido. O governo estabeleceu alguns mecanismos para incentivar planos de transição corporativos, como ser o primeiro país a tornar obrigatórios os padrões de divulgação de sustentabilidade do *International Sustainability Standards Board*. No entanto, o Brasil ainda precisa estabelecer incentivos econômicos e fiscais para que as empresas criem e implementem planos de transição corporativos.

3

Fortalecer espaços para diálogo entre os setores público e privado em todos os estágios para facilitar a implementação de ações climáticas. O diálogo contínuo entre os setores público e privado será fundamental à medida que o Brasil avança para o estágio de implementação de sua nova NDC. Ao fortalecer espaços para os diálogos entre público e privado, formuladores de políticas e líderes empresariais podem discutir potenciais obstáculos que correm o risco de dificultar o progresso na implementação, construir confiança, criar maior adesão ao processo dentro de empresas e agências governamentais e estabelecer mecanismos conjuntos para monitorar o progresso na implementação. O setor privado brasileiro está atualmente coordenando seus esforços para fornecer recomendações para os planos setoriais. O governo, portanto, tem uma janela de oportunidade para colaborar com esses grupos e institucionaliza-los como espaços de diálogo a longo prazo.

Copyright: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
Câmara Temática de Clima, Energia e Finanças Sustentáveis (CTCLIMA)

Presidência: Marina Grossi

Diretora Técnica: Viviane Romeiro

Conteúdo: João Claudio Rocha Baeta Leal e Gregory Briner

Projeto gráfico: Graham Pritchard

Ano: 2025

Redes sociais:

cebds.org

Facebook.com/CEBDSBR

Twitter.com/CEBDS

Youtube.com/CEBDSBR

Instagram.com/cebds_sustentavelwemeanbusinesscoalition.org

@wemeanbusiness.bsky.social

linkedin.com/company/wemeanbusiness/

youtube.com/WeMeanBusinessCoalitions

Endereço CEBDS: Av. Almirante Barroso, 81 – 32º andar Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP:
20031-004 +55 21 2483-2250 cebds@cebds.org
